

SUMÁRIO

PARTE I APLICAÇÃO DAS NORMAS DO NOVO CPC

CAPÍTULO 1

O NOVO CPC E SUA APLICAÇÃO SUPLETIVA E SUBSIDIÁRIA NO PROCESSO DO TRABALHO57

Edilton Meireles

1. Introdução 57
2. Dos procedimentos e do procedimento trabalhista 58
3. Elementos essenciais do processo do trabalho 60
4. Conceitos fundamentais do processo e sua aplicação às ações trabalhistas 61
5. Princípios do processo do trabalho 62
6. A busca equivocada da autonomia e o esquecimento do processo do trabalho..... 63
7. Da regra supletiva e da regra subsidiária..... 65
8. Revogação da regra de subsidiariedade contida na CLT..... 70
9. Compatibilidade com o processo do trabalho..... 71
 - 9.1. Incompatibilidade e conceito jurídico indeterminado 76
10. Da aplicação da regra supletiva 78
11. Conclusões 81
12. Referências 82

CAPÍTULO 2

A APLICAÇÃO SUPLETIVA E SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL AO PROCESSO DO TRABALHO83

Mauro Schiavi

1. O artigo 15 do Novo Código de Processo Civil 83
2. As lacunas do processo do trabalho e o princípio da subsidiariedade..... 85
3. Conclusões 92



CAPÍTULO 3

A RADICALIDADE DO ART. 769 DA CLT COMO SALVAGUARDA DA JUSTIÇA DO TRABALHO 93

Jorge Luiz Souto Maior

1. A indevida classificação pessoal..... 93
2. Um argumento de legalidade..... 94
3. Formulação teórica 96
4. A centralidade do processo do trabalho 97
5. A Justiça do Trabalho em foco 99
6. Implicações do postulado teórico..... 101
7. Conclusão..... 103

PARTE II

NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

CAPÍTULO 4

PRINCÍPIOS JURÍDICOS FUNDAMENTAIS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DO TRABALHO..... 107

Carlos Henrique Bezerra Leite

1. O paradigma do estado democrático de direito e suas repercussões na ciência jurídica..... 107
2. A constitucionalização do processo..... 108
3. Novo conceito de princípios jurídicos 110
4. Funções dos princípios constitucionais fundamentais 112
5. Hermenêutica principiológica do novo CPC..... 113
6. Heterointegração dos sistemas processuais por meio dos princípios constitucionais e infraconstitucionais..... 114
7. Princípios fundamentais do processo 114
8. Princípios específicos do Processo Civil 115
9. Aplicação dos princípios do CPC no Processo do Trabalho 116

CAPÍTULO 5

O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E O PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO..... 117

Mauro Schiavi

1. Breve conceito e funções dos princípios 117
2. Do Direito Constitucional Processual 119





SUMÁRIO

3. Impactos do princípio da duração razoável do processo nas esferas civil e trabalhista..... 121

CAPÍTULO 6

O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA COMO VETOR DE INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROCESSUAL TRABALHISTA E A APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA E SUPLETIVA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL..... 129

Guilherme Guimarães Ludwig

1. Introdução 129
2. O novo papel do poder judiciário no pós-positivismo jurídico: o neoprocessualismo. 130
3. A força normativa dos princípios..... 132
4. O princípio da eficiência no ordenamento jurídico brasileiro 135
5. Aplicação do princípio da eficiência no Processo do Trabalho..... 140
6. Princípio da eficiência como critério para aplicação subsidiária ou supletiva do novo Código de Processo Civil 144
7. Conclusões..... 149
8. Referências..... 151

CAPÍTULO 7

O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. APROXIMAÇÕES CRÍTICAS..... 153

Guilherme Guimarães Feliciano

1. Introdução. O contraditório e suas nuances 153
2. O contraditório no novo Código de Processo Civil (I): avanço ou retrocesso?..... 155
3. O contraditório no novo Código de Processo Civil (II): apegos liberais..... 157
4. A “*due process clause*” entre a justiça e a democracia..... 158
5. Repensando o contraditório em perspectiva jusfundamental..... 163
6. À guisa de conclusão 168
7. Referências bibliográficas..... 169

CAPÍTULO 8

PRIMAZIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E IMPACTOS NO PROCESSO DO TRABALHO 171

Mauro Schiavi

1. Introdução 171
2. A primazia do julgamento de mérito no Novo CPC 174
3. Primazia do Julgamento de mérito e a teoria da asserção na aferição das condições da ação..... 176





4. A questão da correção dos pressupostos processuais na perspectiva do julgamento de mérito..... 179
5. A teoria da causa madura e a primazia do julgamento do mérito na instância recursal 180

CAPÍTULO 9

O PRINCÍPIO DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ E SUA INCOMPATIBILIDADE MATERIAL COM A GÊNESE PROCESSUAL TRABALHISTA 183

Igor de Oliveira Zwicker

1. Prolegômenos 183
2. Esforço histórico 185
3. Conceito do princípio da identidade física do juiz 187
4. Evolução do instituto na legislação pátria 190
5. O princípio da identidade física do juiz após o advento da Emenda Constitucional n. 24/1999, a extinção da representação classista na Justiça do Trabalho e o cancelamento da Súmula n. 136 Pelo Tribunal Superior do Trabalho..... 192
6. Conclusão 198
7. Bibliografia 203
8. Apêndice – siglário..... 205

PARTE III JURISDIÇÃO E AÇÃO

CAPÍTULO 10

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL E INTERNACIONAL NA NOVA REDAÇÃO DO CPC: REFLEXOS NA SEARA TRABALHISTA 209

Renata Maria Miranda Santos e Fernanda de Miranda S. C. Abreu

1. Introdução 209
2. Cooperação Judiciária Internacional: o que é e qual sua importância? 210
3. Reflexos na Responsabilização Internacional de Empregadores. 215
4. Conclusão 218
5. Referências bibliográficas 220

CAPÍTULO 11

SERÁ O FIM DA CATEGORIA “CONDIÇÃO DA AÇÃO”? UM ELOGIO AO CPC. ... 223

Fredie Didier Jr.





SUMÁRIO

CAPÍTULO 12

JURISDIÇÃO E AÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL..... 227

Ronaldo Lima dos Santos

DA JURISDIÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica	227
2. Características.....	228
2.1. Substitutividade	228
2.2. Instrumentalidade	229
2.3. Concretude.....	229
2.4. Inércia	229
2.5. Definitividade	230
3. Princípios da jurisdição	230
3.1. Unidade da jurisdição.....	230
3.2. Princípio da investidura	230
3.3. Princípio do juiz natural.....	231
3.4. Princípio da aderência ao território.....	231
3.5. Princípio da inafastabilidade	232
3.6. Princípio da indelegabilidade	232
3.7. Princípio da inevitabilidade	233
4. Espécies	233
4.1. Jurisdição contenciosa e jurisdição não contenciosa (voluntária)	233
4.1.1. Quadro sinóptico	235
5. Quadro sinóptico da organização judiciária na CF/88	236

DA AÇÃO

1. Conceito	236
2. Natureza jurídica	237
2.1. Teoria imanentista ou civilista	237
2.2. Ação como direito autônomo	238
2.2.1. Ação como direito autônomo e concreto.....	238
2.2.2. Ação como direito autônomo e abstrato.....	238
2.3. Ação como direito potestativo	238
2.4. Ação como poder constitucional	239
2.5. Quadro sinóptico	239
3. Bifontralidade do direito de ação	240





4. Classificação das ações.....	240
4.1. Quanto ao provimento jurisdicional.....	240
4.1.1. Ação de conhecimento.....	241
4.1.1.1. Ações declaratórias.....	241
4.1.1.2. Ações constitutivas.....	241
4.1.1.3. Ações condenatórias.....	242
4.1.2. Ação de execução.....	242
4.1.3. Ação cautelar.....	243
4.1.4. Ação mandamental.....	243
5. Elementos identificadores da ação.....	244
5.1. Partes.....	244
5.2. Pedido.....	245
5.3. Causa de pedir.....	246
6. Condições da ação.....	246
6.1. Conceito.....	246
6.2. Interesse de agir.....	248
6.3. Legitimidade <i>ad causam</i>	249
6.3.1. Legitimação ordinária e extraordinária.....	250
6.4. Quadro sinóptico das condições da ação.....	251
7. Bibliografia citada.....	251

PARTE IV SUJEITOS DO PROCESSO

CAPÍTULO 13

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO NOVO CPC E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DO TRABALHO 255

Natália Mendonça de Paula Leite e Fábio Natali Costa

1. Introdução.....	255
2. Honorários advocatícios.....	256
3. Código de Processo Civil de 1973.....	256
4. O <i>jus postulandi</i>	257
5. Honorários Advocatícios na Justiça do Trabalho.....	258
6. Projetos de lei sobre o tema.....	260
7. Informativos do TST.....	261
8. Novo Código de Processo Civil.....	262





SUMÁRIO

9. Reflexos do novo Código de Processo Civil no processo do trabalho	265
10. Bibliografia.....	266

CAPÍTULO 14

GRATUIDADE DA JUSTIÇA NO PROCESSO DO TRABALHO SOB A ÉGIDE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL..... 267

Aryanna Manfredini

1. Introdução	267
2. Gratuidade da Justiça	268
2.1. Beneficiários da Gratuidade da Justiça	268
2.2. Abrangência do Benefício da Gratuidade da Justiça	268
2.3. Não Extensão do Benefício da Gratuidade da Justiça	271
2.4. Modulação da Concessão dos Benefícios	271
2.5. Requerimento da Gratuidade da Justiça.....	272
2.6. Impugnação ao Pedido de Gratuidade da Justiça	274
2.7. Recurso.....	274
3. Assistência judiciária	274
4. Conclusão.....	275
5. Bibliografia.....	276

CAPÍTULO 15

LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS: O NOVO CPC E O PROCESSO TRABALHISTA 277

Tereza Aparecida Asta Gemignani e Daniel Gemignani

1. Introdução	277
2. A intervenção de terceiros no Código de Processo Civil de 1973	279
3. As alterações promovidas pelo novo CPC na intervenção de terceiros.	281
4. A intervenção de terceiros e o processo trabalhista	287
5. O novo conceito de acesso à Justiça: eficácia, celeridade e efetividade. Integração à lide nas ações coletivas	294
6. Um modelo em construção	300
7. Conclusões	303
8. Referências Bibliográficas	304

CAPÍTULO 16

INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA..... 307

Cleber Lúcio de Almeida

1. Introdução	307
---------------------	-----





2. Empresa e sociedade empresária. Aquisição de personalidade jurídica pela sociedade. Os tipos de sociedade e a responsabilidade dos sócios segundo o Código Civil.....	309
2.1. Empresa e sociedade empresária	310
2.2. Aquisição de personalidade jurídica pela sociedade.....	310
2.3. Os tipos de sociedade e a responsabilidade dos sócios segundo o Código Civil	310
2.4. Sociedade limitada e responsabilidade dos sócios.....	311
3. O ordenamento jurídico brasileiro e a desconsideração da personalidade jurídica	311
4. A responsabilidade pela satisfação das obrigações trabalhistas das sociedades empresárias.....	313
5. Desconsideração inversa da personalidade jurídica	316
6. A desconsideração da personalidade jurídica no CPC de 2015.....	317
7. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica e o processo do trabalho.....	320
8. Conclusões.....	324

CAPÍTULO 17

INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA..... 327

Eliana dos Santos Alves Nogueira e José Gonçalves Bento

1. Considerações introdutórias	327
2. A ficção “pessoa jurídica”	328
3. A desconsideração da personalidade jurídica sob o olhar da Justiça do Trabalho.....	331
3.1. Teorias.....	331
3.2. Pressupostos processuais da desconsideração da personalidade jurídica no processo do trabalho.....	334
4. O instituto “Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica” previsto pelo novo Código de Processo Civil. Aplicabilidade ou não no processo do trabalho.....	337
5. Bibliografia.....	340

CAPÍTULO 18

A PREVISÃO DA FIGURA DO *AMICUS CURIAE* NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO E NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL..... 341

Luiz Ronan Neves Koury

1. Introdução	341
---------------------	-----





SUMÁRIO

2. Histórico	342
3. Conceito – natureza jurídica figuras assemelhadas – tratamento no STF e STJ	343
4. Aspectos processuais relacionados ao <i>amicus curiae</i>	346
5. A previsão do <i>amicus curiae</i> nos artigos 896-c, § 8º da CLT e 10 da Instrução Normativa do TST.....	347
6. O <i>amicus curiae</i> e o novo Código de Processo Civil.....	349

CAPÍTULO 19

OS PODERES DO JUIZ DO TRABALHO FACE AO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 351

Manoel Carlos Toledo Filho

1. Introdução	351
2. Os poderes específicos do Juiz do Trabalho	352
3. A incidência do Processo Civil sobre o Processo do Trabalho	355
4. Os poderes do Juiz no novo CPC: compatibilidades e exclusões	359
5. Conclusão	367

CAPÍTULO 20

O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E AS PRERROGATIVAS DA MAGISTRATURA NACIONAL: REFLEXÕES DE UM JUIZ..... 369

Guilherme Guimarães Feliciano

1. Introdução. O anteprojeto do novo Código de Processo Civil: aspectos positivos. A evolução no Congresso Nacional.....	369
2. Introdução crítica às razões de resistência. A questão da independência judicial.....	372
3. O novo Código de Processo Civil: pontos críticos. Artigos 10, 15, 133, 235, 489, 927 e outros.....	377
4. Conclusões.....	391

CAPÍTULO 21

A APLICAÇÃO DA CONCILIAÇÃO E DA MEDIAÇÃO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NO PROCESSO DO TRABALHO, À LUZ DO ACESSO À JUSTIÇA 393

Isabelli Gravatá

1. O acesso à Justiça.....	393
2. Princípio da celeridade	395
3. Formas de solução de conflitos.....	396





3.1. Autotutela ou autodefesa.....	400
3.2. Autocomposição	401
3.3. Heterocomposição.....	402
4. Meios de solução de conflitos.....	404
4.1. Negociação	404
4.2. Mediação.....	405
4.3. Conciliação	406
5. Os conciliadores e os mediadores do novo Código de Processo Civil.....	409
6. Considerações finais.....	414
7. Referências bibliográficas	415

CAPÍTULO 22

SOLUÇÃO DE CONFLITOS, O NOVO CPC E AS RELAÇÕES DE TRABALHO..... 419

João Marcos Castilho Morato

1. O conflito e o Direito.....	419
2. O conflito, o Direito, a solução.....	420
3. Litígio, consenso, o Novo CPC e o Processo do Trabalho.....	425
4. Considerações finais.....	429
5. Referências	430

CAPÍTULO 23

UMA NOVA POLÍTICA PÚBLICA PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO 433

Fabrizio De Bortoli

1. Introdução	433
2. O contexto atual dos conflitos trabalhistas no Brasil	434
3. As Comissões de Conciliação Prévia.....	436
4. Da complementaridade entre as funções e atividades do Estado	437
5. Finalidade e atribuições do Ministério Público do Trabalho.....	439
6. A Lei de Mediação, o Novo CPC e o Ministério Público do Trabalho	441
7. Da nova política pública que se propõe ao MPT	443
8. A Resolução nº 118 do Conselho Nacional do Ministério Público e o artigo 175, <i>caput</i> , do Novo CPC. Conclusão	444
9. Referências bibliográficas.....	445





SUMÁRIO

CAPÍTULO 24

**REFLEXOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NA ATUAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO 447**

Bruno Gomes Borges da Fonseca

1. Introdução	447
2. Advertência inicial: temos um novo CPC e não uma nova CLT ou um Código de Processo do Trabalho	449
3. O novo CPC e o perfil constitucional do Ministério Público Brasileiro.....	451
4. Título sobre o Ministério Público no novo CPC	452
5. Cooperação do ministério público do trabalho com a duração razoável da tramitação processual e a prolação de decisão meritória.....	454
6. Punição dos agentes do Ministério Público do Trabalho por inobservância de deveres processuais	456
7. Conciliação e mediação como mecanismos destacados no novo CPC	457
8. Nulidade processual por falta de intimação do Ministério Público do Trabalho..	458
9. Tutela inibitória e sua relevância para atuação do Ministério Público do Trabalho.....	459
10. Legitimidade do Ministério Público do Trabalho para propor ação rescisória	459
11. Incidente de resolução de demandas repetitivas e sua aplicação no processo do trabalho	460
12. <i>Amicus curiae</i> e sua aplicação no processo do trabalho	462
13. Considerações finais.....	463
14. Referências.....	464

PARTE V

ATOS PROCESSUAIS

CAPÍTULO 25

**ATOS, TERMOS E PRAZOS PROCESSUAIS NO CPC/2015 E NO PROCESSO
DO TRABALHO 467**

Marcelo Moura

1. Atos processuais	467
1.1. Conceito e classificação	467
1.2. Tempo de realização dos atos processuais	469
2. Forma dos atos processuais.....	470
3. Assinatura das partes	471
4. Termo: movimentação dos processos	471
5. Intimação: início do prazo	473





6.	Contagem do prazo	475
6.1.	Contagem do prazo em dias úteis	476
6.2.	Recesso Forense: suspensão dos prazos	476
6.3.	Prorrogação do prazo	478
6.4.	Litisconsórcio: procuradores distintos	479
6.5.	Fazenda Pública e Ministério Público do Trabalho	480
6.6.	Extemporaneidade: mudança de paradigma	480
7.	Certidão de vencimento de prazos	482
8.	Retirado dos autos para cumprimento de prazos	482

CAPÍTULO 26

CONVENÇÕES PROCESSUAIS: DISCIPLINA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E APLICABILIDADE NO PROCESSO DO TRABALHO 485

Wânia Guimarães Rabêllo de Almeida

1.	Introdução	485
2.	Gestão processual como poder/dever do juiz na perspectiva da CLT e do CPC de 1973. Flexibilidade procedimental e convenções processuais no direito processual do trabalho e no direito processual civil (sob a ótica da CLT e do CPC de 1973, respectivamente)	485
2.1.	A gestão processual na sua concepção ampla	487
3.	O CPC de 2015 e a gestão processual: considerações introdutórias	492
3.1.	As convenções processuais no CPC de 2015	494
4.	As convenções processuais e o processo do trabalho	511
4.1.	Breves anotações sobre o Direito do Trabalho	511
4.2.	O direito ao processo justo e à tutela jurisdicional adequada, efetiva e tempestiva dos direitos trabalhistas	512
4.3.	As convenções processuais segundo o estabelecido no CPC de 2015 e o processo do trabalho. Notas conclusivas	516
5.	Referências bibliográficas	519

CAPÍTULO 27

A APLICAÇÃO DAS CONVENÇÕES PROCESSUAIS DO NOVO CPC AO PROCESSO DO TRABALHO NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 523

Gabriela Neves Delgado e Renata Queiroz Dutra

1.	Introdução	523
2.	Resgate histórico	525





SUMÁRIO

3. O princípio da proteção e o Processo do Trabalho.....	529
4. Os direitos fundamentais como critério vetor de aplicação das normas processuais trabalhistas	532
5. Considerações finais.....	534
6. Referências	535

CAPÍTULO 28

O NOVO CPC E A INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL TRABALHISTA 537

Otavio Pinto e Silva

1. Introdução	537
2. Momento de transição.....	538
3. Principais conceitos legais do processo eletrônico.....	538
4. Regulamentação do processo eletrônico no âmbito da Justiça do Trabalho e o novo CPC.....	541
5. Conclusão.....	550
6. Bibliografia.....	551

CAPÍTULO 29

NULIDADES NO NOVO CPC E O PROCESSO DO TRABALHO 553

Vicente de Paula Maciel Júnior

1. Introdução	553
2. As nulidades no sistema processual de 1973 e no novo CPC	554
2.1. Diferenças entre as nulidades no Direito Civil e no Direito Processual.....	557
2.2. Os princípios e a organização das nulidades no Código de Processo Civil de 1973 e que continuam no novo CPC.....	559
2.2.1. Os princípios.....	559
2.2.2. O sistema das nulidades do CPC/73 permanece na nova lei	561
2.2.2.1. Atos inexistentes	561
2.2.2.2. Nulidade absoluta, relativa e anulabilidade	562
2.3. O momento da argüição e os efeitos das nulidades.....	564
2.3.1. O momento de argüição das nulidades	564
2.3.2. Os efeitos das nulidades	565
3. As nulidades no processo do trabalho na CLT.....	565
4. Conclusão.....	567
5. Bibliografia.....	567





PARTE VI TUTELA PROVISÓRIA

CAPÍTULO 30

NOÇÕES CONCEITUAIS SOBRE A TUTELA PROVISÓRIA NO NOVO CPC E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DO TRABALHO..... 571

Danilo Gonçalves Gaspar

1. Introdução 571
2. A aplicação supletiva e subsidiária do novo código de processo civil ao processo do trabalho..... 572
3. Noções introdutórias sobre o tratamento conferido pelo novo CPC ao tema 574
4. A tutela provisória de acordo com a sistemática da Lei nº 13.105/15 – o novo CPC..... 574
 - 4.1. A existência de um livro próprio 574
 - 4.2. As espécies de tutela provisória no novo CPC 575
 - 4.3. As espécies de tutela de urgência 575
 - 4.3.1. Tutela Provisória de Urgência Cautelar e Antecipada 575
 - 4.3.2. Tutela Provisória de Urgência Antecedente ou Incidental 577
 - 4.4. As regras procedimentais gerais 577
 - 4.4.1. Custas processuais 577
 - 4.4.2. Conservação da eficácia da decisão 577
 - 4.4.3. A adoção de medidas adequadas à efetividade do provimento..... 578
 - 4.4.4. Motivação da decisão 580
 - 4.4.5. Forma de impugnação 581
 - 4.4.6. A questão da competência originária 581
 - 4.5. A sistemática da tutela provisória de urgência 582
 - 4.5.1. Requisitos para concessão..... 582
 - 4.5.2. A prestação de caução 583
 - 4.5.3. A possibilidade de concessão liminar da tutela de urgência 584
 - 4.5.4. Medidas idôneas para efetivação da tutela de urgência cautelar ... 585
 - 4.5.5. A responsabilidade do credor pelos prejuízos causados 585
 - 4.5.6. Da possibilidade de postulação da tutela provisória de urgência antecipada antecedente..... 586
 - 4.5.6.1. Concessão da tutela antecipada e aditamento da petição inicial 586
 - 4.5.6.2. O indeferimento da tutela pretendida e a emenda da petição inicial 587





SUMÁRIO

4.5.7. Da possibilidade de postulação da tutela provisória de urgência cautelar antecedente.....	587
4.6. A sistemática da tutela provisória de evidência	589
5. Conclusão.....	590
6. Referências.....	590

CAPÍTULO 31

A TUTELA PROVISÓRIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E OS IMPACTOS NO PROCESSO DO TRABALHO 591

Cristiano Lourenço Rodrigues

1. Introdução	591
2. O processo trabalhista e o cabimento das tutelas provisórias	594
3. As modernas tendências regedoras das tutelas provisórias.....	599
4. As diferenças entre a tutela cautelar e a tutela antecipada.....	602
5. Da tutela cautelar e de sua aplicação no processo do trabalho	604
6. Da técnica antecipatória de tutela de urgência e de sua aplicação no processo do trabalho.....	606
7. Da técnica antecipatória de tutela de evidência e de sua aplicação no processo do trabalho.....	616
8. Conclusão.....	619
9. Bibliografia.....	619

PARTE VII

PROCESSO DE CONHECIMENTO

CAPÍTULO 32

A IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO ART. 332 DO NOVO CPC, E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DO TRABALHO 623

Eduardo Simões Neto e Rodrigo Cândido Rodrigues

1. Introdução	623
2. O contexto em que foi elaborado o art. 332 do novo Código de Processo Civil.....	624
3. O novo art. 332 e a sua aplicação ao Direito Processual do Trabalho.....	627
3.1. Incompatibilidade parcial	628
3.2. O novel artigo 332 e o Processo do Trabalho.....	630
3.3. Prescrição e Direito do Trabalho.....	631
3.4. Prescrição de Ofício.....	633
4. Conclusão.....	635
5. Bibliografia.....	636





CAPÍTULO 33

A NOVA DEFESA DO RECLAMADO: ANÁLISE DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELO NOVO CPC E SUA APLICABILIDADE NO PROCESSO DO TRABALHO 637

Bruno Klippel

1. Introdução 637
2. Aplicação subsidiária do CPC ao processo do trabalho..... 638
3. Princípios do Novo CPC e compatibilidade com os ideais do processo do trabalho..... 642
4. Novo regramento da defesa do réu no CPC e possível aplicação no processo do trabalho 643
5. Conclusões..... 647
6. Referências..... 647

CAPÍTULO 34

JULGAMENTO ANTECIPADO PARCIAL DO MÉRITO..... 649

Edilton Meireles

1. Introdução 649
2. Uma distinção necessária: ação e processo..... 649
3. Do julgamento antecipado parcial na legislação anterior ao CPC/15..... 651
4. Do julgamento antecipado parcial de mérito no art. 356 do CPC/15. 652
 - 4.1. Outras hipóteses de julgamento parcial antecipado de mérito..... 654
5. Do recurso..... 656
6. Dos honorários advocatícios..... 659
7. Da ordem cronológica..... 660
8. No processo do trabalho..... 661
9. Conclusão 664

CAPÍTULO 35

PROVA EMPRESTADA NO NOVO CPC E O PROCESSO DO TRABALHO..... 665

Júlio César Bebber

1. Considerações iniciais 665
2. Direito à prova 665
3. Formas de prova..... 667
4. Técnicas probatórias 667
5. Prova emprestada..... 667
 - 5.1. Fundamentos 668
 - 5.2. Admissão da produção..... 668





SUMÁRIO

5.3. Forma de ingresso da prova emprestada.....	669
5.4. Natureza jurídica.....	670
5.5. Requisitos da eficácia probatória.....	670
5.6. Contraditório da prova emprestada.....	675
5.7. Valoração da prova emprestada.....	675
6. Considerações finais.....	676

CAPÍTULO 36

A INFLUÊNCIA DO NOVO CPC NO ÔNUS DA PROVA TRABALHISTA..... 677

Paulo Sérgio Jakutis

1. Qual o texto de que se trata aqui?.....	678
2. O que vem a ser essa teoria, afinal?	678
3. Compatibilidade com o processo do trabalho.....	679
4. O princípio da norma mais favorável e o processo do trabalho	681
5. Conclusões.....	687

CAPÍTULO 37

A TEORIA DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA..... 689

Wânia Guimarães Rabêllo de Almeida

1. Introdução	689
2. Prova e direito.....	689
3. Ônus da prova e distribuição do ônus da prova: aspectos gerais	689
3.1. Distribuição do ônus da prova no CPC de 1973.....	690
3.2. Distribuição dinâmica do ônus da prova.	691
4. A opção do novo CPC.....	696
4.1. Limites à distribuição dinâmica do ônus da prova.....	698
5. A distribuição dinâmica ou flexível do ônus da prova e o processo do trabalho ..	700
6. Conclusão.....	708
7. Bibliografia.....	710

CAPÍTULO 38

O NOVO CPC E A PROVA PERICIAL NO PROCESSO DO TRABALHO 713

João Humberto Cesário

1. Conceito e generalidades	713
2. Objeto da prova pericial e momento de ordenação da sua realização	714
3. A causa de pedir e o objeto da perícia	717
4. Classificação das perícias.....	719





5. O problema da obrigatoriedade da perícia.....	720
6. Prova técnica simplificada	722
7. O perito, a sua nomeação, os seus encargos, a sua substituição e os seus honorários periciais	723
8. As conclusões do perito, os poderes de instrução e decisão do magistrado e a possibilidade de realização de nova perícia	730
9. Procedimento da prova pericial.....	733
10. Bibliografia.....	737

CAPÍTULO 39

A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS NO PROCESSO DO TRABALHO: EXAME DA APLICABILIDADE DO ART. 489, § 1º, DO CPC DE 2015 NO PROCESSO DO TRABALHO 739

Cleber Lúcio de Almeida

1. Introdução	739
2. A relação entre o art. 769 da CLT e o art. 15 do CPC de 2015	740
3. A fundamentação das decisões judiciais como direito das partes e dever do juiz... 741	
4. Conteúdo e alcance da fundamentação das decisões judiciais no direito processual do trabalho.	743
5. O conteúdo e alcance da fundamentação das decisões judiciais no direito processual civil	746
6. Enunciados aprovados no Seminário da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Civis	748
7. Conclusão.....	751

CAPÍTULO 40

HIPOTECA JUDICIÁRIA E PROTESTO DA DECISÃO JUDICIAL NO NOVO CPC E SEUS IMPACTOS NO PROCESSO DO TRABALHO 755

Élisson Miessa

1. Introdução	755
2. Hipoteca Judiciária.....	756
2.1. Quadro Comparativo.....	756
2.2. Definição do Instituto.....	757
2.3. O que mudou com o Novo CPC	761
2.4. Aplicação no Processo do Trabalho.....	763
3. Protesto.....	765
3.1. Quadro Comparativo.....	765
3.2. Definição do instituto.....	766





SUMÁRIO

3.2.1. Protesto de decisão interlocutória.....	767
3.3. Aplicação no processo do trabalho.....	769
4. Referências Bibliográficas.....	772

CAPÍTULO 41

DA REMESSA NECESSÁRIA..... 775

Luciano Rossato

1. Introdução	775
2. Da Apelação Necessária à Remessa Necessária	776
3. O efeito translativo da remessa necessária	779
4. A extensão do efeito translativo da remessa necessária.....	780
5. O efeito suspensivo decorrente da remessa necessária.....	781
6. Das Limitações à Incidência da Remessa Necessária	782
7. Da remessa necessária na tutela coletiva.....	785
8. Remessa Oficial no Mandado de Segurança	787
9. Remessa Necessária e Recursos aos Tribunais Superiores.....	787
10. Temas que Fazem Referência à Remessa Necessária no Novo CPC	787
11. Conclusão.....	788

CAPÍTULO 42

ASPECTOS DA COISA JULGADA NO NOVO CPC..... 789

Marcos Scalécio e Tulio Martinez Minto

1. Introdução	789
2. Modalidades da Coisa Julgada: Formal e Material.....	790
3. Eficácia extraprocessual da Coisa Julgada Formal	792
4. Coisa Julgada Soberana.....	793
5. Coisa Julgada Progressiva	793
6. Limites da Coisa Julgada e a novidade sobre a questão prejudicial.....	795
7. Relações Jurídicas Continuativas.....	797
8. Imutabilidade e Relativização da Coisa Julgada	797
9. Conclusão.....	799

PARTE VIII

CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO

CAPÍTULO 43

MULTA DO ART. 523 DO NOVO CPC (ANTIGO ART. 475-J) 803

Wolney de Macedo Cordeiro

1. Notas introdutórias	803
------------------------------	-----





2. A supletividade orgânica no NCPC e seus limites perante o direito processual do trabalho..... 804
3. Da aplicação de medidas coercitivas para o cumprimento das obrigações de pagar previstas em títulos judiciais 807
4. Referências bibliográficas..... 816

CAPÍTULO 44

A TUTELA DA CONFIANÇA E A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NA EXECUÇÃO TRABALHISTA 817

Raphael Miziara

1. Introdução 817
2. A tutela da confiança e o *venire contra factum proprium* em ambientes processuais..... 818
3. *Supressio – Verwirkung* como fator ensejador da prescrição intercorrente..... 821
4. Aplicabilidade prescrição intercorrente na execução trabalhista e a posição dos Tribunais Superiores 824
5. Requisitos para declaração da prescrição intercorrente na execução trabalhista a partir do Novo CPC..... 828
6. A prescrição intercorrente a partir do Novo CPC e do Projeto de Lei nº 606/2011 do Senado Federal..... 830
7. Notas conclusivas 834
8. Referências..... 835

CAPÍTULO 45

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA E A NECESSIDADE DE INCLUSÃO DAS EMPRESAS NA FASE DE CONHECIMENTO DO PROCESSO TRABALHISTA 837

Paulo Henrique Tavares da Silva e Caio Victor Nunes Marques

1. Introdução 837
2. Um peso: duas medidas..... 838
3. Sólidos imperfeitos 841
4. *Patchwork* jurídico 844
5. Conclusões..... 851
6. Referencias..... 853

CAPÍTULO 46

O REGIME DA FRAUDE DE EXECUÇÃO DO NOVO CPC E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DO TRABALHO 855

Wolney de Macedo Cordeiro

1. Notas introdutórias 855





SUMÁRIO

2. Construção conceitual da fraude de execução.....	856
3. Comparação genérica entre os regramentos da fraude de execução no CPC de 1973 e na nova redação.....	857
4. Das hipóteses caracterizadoras da fraude de execução no novo Código de Processo Civil	860
4.1. Fraude de execução relacionada à modalidade da ação movida contra réu ou devedor (NCPC, art. 792, I).....	861
4.2. Fraude de execução baseada na existência de prévio gravame do bem ou do patrimônio do devedor (NCPC, art. 792, II e III).....	861
4.3. Fraude de execução relacionada ao limite temporal da alienação ou oneração dos bens (NCPC, art. 792, IV).....	864
5. Instrumentos de preservação do interesse de terceiros diante da fraude de execução (NCPC, art. 792, § 4º)	870
6. Considerações finais.....	871
7. Referências bibliográficas.....	871

CAPÍTULO 47

A PENHORA DE BENS E SEUS EFEITOS À LUZ DO NOVO CPC – AVANÇOS, RETROCESSOS E A DERROCADA DE ALGUNS MITOS 873

Iuri Pereira Pinheiro

1. Breves Considerações sobre a Execução e Penhora de Bens.....	873
2. Noções conceituais e efeitos da penhora.....	875
2.1. Garantia do Juízo	876
2.2. Individualização dos bens e direito de preferência.....	877
2.3. Perda da posse direta e investidura na condição de depositário	877
2.4. Hipótese excepcional de investidura do executado como depositário infiel e suas consequências.....	878
2.5. Ineficácia dos atos de alienação ou oneração dos bens (Fraude à Execução).....	881
3. Intimação da Penhora	886
4. Ordem de Penhora	887
5. Bens Impenhoráveis – A derrocada de alguns mitos	889
5.1. Penhora de salário	890
5.2. Penhora de valores em caderneta de poupança	894
5.3. Impenhorabilidade do bem de família.....	895
5.4. Penhora de bem com alienação fiduciária.....	902
5.5. Penhora da restituição do imposto de renda?	905
5.6. Penhora de bens de terceiro?.....	906
6. Restrições à penhora de dinheiro.....	907





7. Conclusão.....	908
-------------------	-----

CAPÍTULO 48

PENHORA DE SALÁRIOS: INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DO ART. 833, §2º DO NOVO CPC NO PROCESSO DO TRABALHO	909
--	------------

Bruno Klippel

1. Introdução	909
2. Penhora de salários como forma de efetivação do princípio da função social do processo	910
3. Entendimentos atuais sobre a penhora de salários no Processo do Trabalho.....	911
4. Disposições contidas no art. 833, §2º do Novo CPC	913
4.1. Análise do novel dispositivo legal.....	913
5. Conclusões.....	915
6. Referências.....	916

CAPÍTULO 49

EMBARGOS DO EXECUTADO NO CPC VINDOURO E SEUS REFLEXOS NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	917
--	------------

Vitor Salino de Moura Eça

1. Introdução	917
2. Panorama na Sistemática Atual.....	918
3. Conceito e natureza jurídica dos embargos à execução.....	920
4. Cumprimento da Sentença – Ambiente dos embargos	921
5. Causas de competência originária.....	922
6. Livro das Execuções.....	923
7. Dever de Colaboração.....	923
8. Fatos executivos	924
9. Embargos à Execução	925
10. Conclusão.....	929

CAPÍTULO 50

EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER: REPERCUSSÕES DAS REGRAS DO NOVO CPC NO MODELO PROCESSUAL DO TRABALHO	931
---	------------

Sérgio Torres Teixeira

1. Introdução	931
2. Tutela Específica envolvendo Prestações de Fazer e de Não Fazer	933
3. Cumprimento de Prestações de Fazer e Não Fazer no Âmbito das Relações de Trabalho	936





SUMÁRIO

4. Tutela Específica de Prestações de Fazer e de Não Fazer na Lei nº 13.105 de 2015 (Novo CPC) e suas Repercussões no Processo do Trabalho	939
5. Disciplina do novo CPC envolvendo o Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Fazer ou de Não Fazer e seus Reflexos no Processo Laboral.....	946
6. Disciplina do Novo CPC acerca da Execução das Obrigações de Fazer ou de Não Fazer em Processo de Execução Autônomo e seus Impactos sobre o Modelo Processual Trabalhista.....	951
7. Conclusões.....	956
8. Referências.....	957

PARTE IX

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

CAPÍTULO 51

OS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO PROCESSO COMUM E SUA APLICAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO: UM OLHAR A PARTIR DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	961
---	------------

Luciano Athayde Chaves

1. Algumas notas sobre o novo Código de Processo Civil e os objetivos deste capítulo	961
2. <i>Overview</i> sobre os procedimentos especiais no novo Código de Processo Civil e a cláusula de subsidiariedade das normas do procedimento comum	964
3. Dos procedimentos especiais em espécie com potencial de ocorrência na Justiça do Trabalho	966
3.1. Dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.....	967
3.1.1. Da ação de consignação em pagamento	967
3.1.2. Da ação de exigir contas	971
3.1.3. Das ações possessórias	973
3.1.4. Dos embargos de terceiro	978
3.1.5. Da oposição	985
3.1.6. Da habilitação.....	988
3.1.7. Da ação monitória	992
3.1.8. Da restauração de autos	995
3.2. Dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária	999
3.2.1. Ação de alvará.....	1001
3.2.2. Homologação de autocomposição extrajudicial, de qualquer natureza ou valor.....	1013
4. Referências.....	1018





CAPÍTULO 52

NOVO CPC: OPOSIÇÃO COMO PROCEDIMENTO ESPECIAL NO PROCESSO TRABALHO1021

Gustavo Filipe Barbosa Garcia

1. Introdução 1021
2. Parte no processo e parte na demanda 1022
3. Oposição 1023
4. Conclusão 1028
5. Bibliografia 1029

PARTE X PRECEDENTES JUDICIAIS

CAPÍTULO 53

UTILIZAÇÃO DO PRECEDENTE JUDICIAL NO ÂMBITO DO PROCESSO TRABALHISTA1033

Paulo Henrique Tavares da Silva e Juliana Coelho Tavares da Silva

1. Introdução 1033
2. Notas acerca do *stare decisis* no *common law* 1034
3. Construindo o *common law* tupiniquim 1039
4. Efeitos da padronização decisional para o processo trabalhista 1044
5. Conclusão 1050
6. Referências 1051

CAPÍTULO 54

NOVA REALIDADE: TEORIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS E SUA INCIDÊNCIA NO PROCESSO DO TRABALHO1053

Élisson Miessa

1. Introdução 1053
2. Famílias jurídicas 1054
 - 2.1. *Civil law* (família romano-germânica) 1055
 - 2.2. *Common law* (família anglo-saxônica) 1055
 - 2.3. Aproximação entre o *civil law* e o *common law* 1057
3. Precedentes judiciais 1058
 - 3.1. Conceito 1058
 - 3.2. Natureza jurídica dos precedentes judiciais 1059





SUMÁRIO

3.3.	Classificação dos precedentes	1059
3.4.	Estrutura dos precedentes.....	1060
3.4.1.	Ratio decidendi ou <i>holding</i>	1060
3.4.2.	<i>Obter dictum</i>	1063
3.5.	Precedente, jurisprudência e súmula.....	1064
3.6.	Precedentes judiciais no direito brasileiro	1064
3.6.1.	Regras e princípios atingidos.....	1064
3.6.2.	Rol dos precedentes obrigatórios no Novo CPC.....	1065
3.6.2.1.	Súmulas.....	1066
3.6.2.2.	Decisão judicial.....	1068
3.6.3.	Deveres gerais dos tribunais	1071
3.6.4.	Outros efeitos dos precedentes	1072
3.6.5.	Constitucionalidade dos precedentes obrigatórios no direito brasileiro	1074
3.7.	Técnicas para utilização dos precedentes	1076
3.7.1.	<i>Distinguishing</i>	1076
3.7.2.	Superação dos precedentes judiciais.....	1079
3.7.2.1.	<i>Overruling</i>	1080
3.7.2.1.1.	Fundamentação	1083
3.7.2.1.2.	Hipóteses de superação	1084
3.7.2.1.2.1.	Superveniência de lei nova (Novo CPC)	1084
3.7.2.1.3.	Quem pode realizar a superação	1085
3.7.2.2.	<i>Signaling</i> (Sinalização)	1086
3.7.2.3.	<i>Overriding</i>	1087
3.7.2.4.	Eficácia temporal na superação do precedente.....	1087
4.	Reclamação.....	1089
5.	Aplicação da teoria dos precedentes judiciais no processo do trabalho	1092
5.1.	Integração (art. 15 do NCPC)	1092
5.1.1.	As lacunas no direito processual do trabalho	1093
5.1.2.	Subsidiariedade e supletividade.....	1096
5.1.3.	Antinomias	1097
5.1.4.	Diálogo das fontes	1099
5.1.5.	Omissão na CLT	1100
5.1.6.	Compatibilidade com o processo do trabalho.....	1101
6.	Conclusão.....	1104
7.	Bibliografia.....	1105





PARTE XI
PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO

CAPÍTULO 55

OS PODERES DO RELATOR.....1111

Leonardo Dias Borges

1. Considerações propedêuticas sobre os poderes do juiz..... 1111
2. Os poderes do magistrado e a convenção processual..... 1117
3. Do calendário processual..... 1118
4. Dos processos nos tribunais: o poder do magistrado na condução processual em segunda instância..... 1119
5. Referências bibliográficas..... 1126

CAPÍTULO 56

A ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA NO NOVO CPC E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DO TRABALHO1129

Carlos Henrique Bezerra Leite

1. Introdução 1129
2. O incidente de assunção de competência no CPC/73 1130
3. Assunção de competência no novo CPC de 2015..... 1131
4. Extensão da força vinculante do acórdão proferido em Incidente de Assunção de Competência 1133
5. Assunção de competência no Processo do Trabalho..... 1134
6. Conclusão 1135

CAPÍTULO 57

AÇÃO RESCISÓRIA: ANÁLISE DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO NOVO CPC E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DO TRABALHO1137

Flávio Henrique Freitas Evangelista Gondim

1. Considerações preliminares 1137
2. Disciplinamento da ação rescisória no processo do trabalho 1139
3. Disciplinamento da ação rescisória no novo CPC..... 1140
 - 3.1. Breves notas sobre o regime de formação da coisa julgada no novo CPC.... 1140
 - 3.2. Principais modificações introduzidas pelo novo CPC quanto ao instituto da ação rescisória..... 1141
 - 3.2.1. Ampliação do rol das decisões “atacáveis” por ação rescisória (ou “rescindíveis”)..... 1142
 - 3.2.2. Modificações no elenco legal dos fundamentos/hipóteses de rescindibilidade..... 1143



SUMÁRIO

3.2.2.1. Supressão da hipótese de rescindibilidade previstas no inciso VIII do art. 485 do CPC/73	1144
3.2.2.2. Aperfeiçoamento da redação dos incisos I, II e VI do art. 485 do CPC/73 (sem alteração substancial do conteúdo de tais disposições)	1144
3.2.2.3. Acréscimo das hipóteses de “ <i>coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida</i> ” e “ <i>simulação</i> ”	1145
3.2.2.4. Ampliação do alcance da hipótese de rescisória fundada em violação.....	1146
3.2.2.5. Substituição da expressão “documento novo” por “prova nova”	1148
3.2.2.6. Ampliação do alcance da hipótese de rescisória fundada em <i>erro de fato</i>	1149
3.2.2.7. Impossibilidade de estipulação de novos fundamentos de rescindibilidade por meio de negócios jurídicos processuais.....	1150
3.2.3. Alterações relativas à contagem do prazo para propositura da ação rescisória	1151
3.2.3.1. Flexibilização do termo inicial do prazo nos casos de “prova nova” (art. 975, § 2º) e simulação/colusão das partes (975, § 3º)	1151
3.2.3.2. Termo inicial da contagem do prazo nos casos que envolvam “trânsito em julgado progressivo”	1152
3.2.3.3. Reconhecimento da possibilidade de prorrogação do prazo decadencial, caso o respectivo termo final recaia sobre dia em que não haja expediente forense.....	1154
3.2.3.4. Contagem do prazo em relação a decisões transitadas em julgado antes do início da vigência do novo CPC.....	1155
3.2.4. Ampliação do rol de legitimados ativos.....	1156
3.2.5. Alterações relacionadas a aspectos procedimentais.....	1157
3.2.5.1. Instituição de teto para o valor do depósito prévio e criação de novas hipóteses de isenção	1157
3.2.5.2. Consequência processual do ajuizamento da ação rescisória perante tribunal incompetente	1157
3.2.5.3. Tutela de urgência.....	1159
3.2.5.4. Produção de provas	1160
3.2.5.5. Critério para escolha do relator.....	1161
3.2.5.6. Julgamento.....	1161
4. Implicações do novo CPC no regramento da Ação Rescisória no Processo do Trabalho	1162
5. Conclusões.....	1163



6. Referências bibliográficas.....	1165
------------------------------------	------

CAPÍTULO 58

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDA REPETITIVA. O NOVO CPC E APLICAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO1167

Marcelo Freire Sampaio Costa

1. Resumo.....	1167
2. À guisa de intróito	1167
3. Fases da subsidiariedade: 1) Clássica; 2) Conforme a Constituição; 3) Sistemática; 4) Subsidiariedade e o novo CPC.....	1168
3.1. Do viés clássico do princípio da subsidiariedade no processo do trabalho	1169
3.2. Leitura conforme a Constituição à técnica da subsidiariedade.....	1170
3.3. Da necessária leitura sistemática.....	1173
3.4. A subsidiariedade e o novo Código de Processo Civil.....	1174
4. Do Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva	1175
4.1. Texto legal.....	1175
4.2. Contextualizar, problematizar e comparar com o sistema das <i>class actions</i>	1177
4.3. Finalidade, conceito e breve desenvolvimento legal.....	1180
4.4. Alguns aspectos de demandas seriadas, o processo do trabalho e a Lei n. 13.015/2014	1181
5. Conclusão. Visão moderna da subsidiariedade e compatibilidade do instituto com o Processo do Trabalho	1182

CAPÍTULO 59

A LEI 13.015/2014 E O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS: UMA VISÃO.....1183

Luiz Philippe Vieira de Mello Filho e Luiz Philippe Vieira de Mello Neto

1. Introdução	1183
2. O Processo do Trabalho e o Novo CPC.....	1185
3. A Lei 13.015/2014 e o IRDR.....	1186
4. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: noções gerais	1188
4.1. Natureza jurídica.....	1189
4.2. Instauração	1191
4.2.1. Legitimados.....	1192
4.2.2. Admissibilidade.....	1194
4.2.3. Procedimento	1194
4.2.4. Publicidade.....	1195





SUMÁRIO

4.2.5. Suspensão dos casos	1196
4.2.6. Julgamento.....	1197
4.2.7. Fundamentação.....	1198
4.2.8. Recorribilidade.....	1199
4.3. Aplicação da tese jurídica.....	1199
4.4. Possibilidade de revisão	1200
5. A uniformização da jurisprudência no âmbito dos Tribunais Regionais e a Lei nº 13.015/14.....	1200
6. O incidente de uniformização da jurisprudência e sua compatibilização com a Lei 13.015/2014.....	1203
7. Conclusão.....	1205
8. Referências bibliográficas	1207

CAPÍTULO 60

INCIDENTE DE JULGAMENTO DE RECURSOS DE REVISTA REPETITIVOS.... 1209

Cláudio Brandão

1. Introdução	1209
2. Aplicação Supletiva do CPC	1214
2.1. Formação do precedente – unidade sistêmica: racionalidade do sistema – e regras gerais.....	1217
2.1.1. Ordem cronológica de julgamentos.....	1227
2.2. Processamento do incidente	1227
2.2.1. Efeitos da decisão de afetação.....	1229
2.2.2. Instrução	1233
2.2.3. Julgamento e efeitos: vinculação, distinção e superação.....	1238
2.2.4. Questão Constitucional	1243
3. Referências.....	1245

CAPÍTULO 61

O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E SEUS POSSÍVEIS IMPACTOS NOS RECURSOS TRABALHISTAS 1247

Ricardo José Macêdo de Britto Pereira

1. Considerações gerais.....	1247
2. Síntese das alterações promovidas pela Lei 13.015/2014.....	1250
3. Síntese do sistema recursal previsto no novo CPC.....	1255
4. Incidência das disposições do novo CPC ao sistema recursal trabalhista.....	1266
5. Considerações finais.....	1276
6. Referências bibliográficas.....	1277





CAPÍTULO 62

EXTINÇÃO DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL A QUO E TÉCNICAS DE JULGAMENTO NOS TRIBUNAIS NO NOVO CPC E O PROCESSO DO TRABALHO1279

Júlio César Bebber

1. Considerações iniciais 1279
2. Juízo de admissibilidade..... 1279
 - 2.1. Juízo de admissibilidade recursal no Processo Civil..... 1280
 - 2.2. Juízo de admissibilidade recursal no Processo do Trabalho 1281
3. Técnicas de julgamento nos tribunais 1282
 - 3.1. Prevenção do relator..... 1282
 - 3.2. Distribuição e encaminhamento imediatos 1283
 - 3.3. Poderes-deveres do relator..... 1283
 - 3.4. Revisor 1286
 - 3.5. Inclusão do recurso em pauta de julgamento..... 1286
 - 3.6. Sustentação oral 1287
 - 3.7. Procedimento de julgamento na sessão 1288
 - 3.8. Acórdão 1289
 - 3.9. Publicação do acórdão 1290
 - 3.10. Vista na sessão de julgamento..... 1290
 - 3.11. Reconsideração do voto 1291
 - 3.12. Voto vencido 1291
 - 3.13. Ordem de julgamento do recurso..... 1292
 - 3.13.1. Ordem lógica no juízo de admissibilidade..... 1292
 - 3.13.2. Ordem lógica no juízo de mérito..... 1293
 - 3.14. Ampliação do quorum de julgamento 1294

CAPÍTULO 63

A TEORIA DA CAUSA MADURA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS IMPACTOS NO PROCESSO DO TRABALHO1295

Ítalo Menezes de Castro

1. Introdução 1295
2. A teoria da causa madura no ordenamento jurídico brasileiro..... 1296
3. A compatibilidade da teoria da causa madura com o processo trabalhista..... 1303
4. A teoria da causa madura no novo Código de Processo Civil e seus reflexos
no Processo do Trabalho 1306
 - 4.1. Reforma de sentença que extingue o processo sem resolução do mérito 1310
 - 4.2. Decisões incongruentes com o pedido ou com a causa de pedir..... 1312





SUMÁRIO

4.3. Decisões omissas quanto à análise de um dos pedidos.....	1313
4.4. Decisões nulas por falta de fundamentação.....	1318
4.5. Decisões que reconhecem a prescrição ou a decadência.....	1319
5. Considerações finais.....	1319
6. Referências bibliográficas.....	1319

CAPÍTULO 64

OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO NOVO CPC E OS REFLEXOS NO PROCESSO DO TRABALHO1321

Lorena Vasconcelos Porto

1. Considerações iniciais.....	1321
2. Os embargos de declaração no novo CPC.....	1323
3. Os possíveis reflexos da nova disciplina dos embargos de declaração no processo do trabalho.....	1328
4. Conclusão.....	1333
5. Bibliografia.....	1334

**PARTE XII
TEMAS GERAIS**

CAPÍTULO 65

TEMAS POLÊMICOS DO NOVO CPC E SUA APLICAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO1337

José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva

1. Nota introdutória.....	1337
2. Aplicação supletiva e subsidiária do novo CPC.....	1339
3. Força normativa dos valores e princípios.....	1341
3.1. Os princípios no Processo do Trabalho.....	1345
3.2. O princípio inquisitivo e o negócio jurídico processual.....	1348
4. Desconsideração da personalidade jurídica.....	1351
5. A fundamentação da decisão judicial.....	1355
5.1. Sentença omissa e embargos de declaração.....	1360
5.2. Aplicação no processo do trabalho.....	1361

CAPÍTULO 66

O CONFLITO ENTRE O NOVO CPC E O PROCESSO DO TRABALHO.....1365

Jorge Luiz Souto Maior

1. O processo do trabalho.....	1365
--------------------------------	------





2. O procedimento oral trabalhista e o art. 769, da CLT	1370
3. Contexto do advento do novo CPC.....	1374
4. Análise do novo CPC.....	1379
4.1. Alguns elementos para o diagnóstico.....	1379
4.2. “Normas fundamentais”?.....	1383
4.3. Mirando a Justiça do Trabalho.....	1385
4.4. Perigo à vista.....	1387
4.5. O maior perigo: ataque à independência do juiz.....	1389
4.6. Controlando os juízes e desembargadores	1396
5. Jurisprudência de cúpula e afronta à celeridade	1398
6. O inconstitucional ataque à independência do juiz.....	1401
7. Nenhum otimismo.....	1409
8. Conclusão.....	1412

CAPÍTULO 67

A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL E O NOVO CPC.....1415

José Luciano de Castilho Pereira

1. Origens.....	1415
2. O Processo do Trabalho a partir da Constituição Federal de 1988.....	1418
3. Que rumo deve tomar o Direito e o Processo do Trabalho.....	1421
4. Conclusão.....	1422

CAPÍTULO 68

O DIREITO CIVIL, O DIREITO DO TRABALHO E O CPC RENOVADO: CAMINHOS QUE SE CRUZAM.....1425

Elaine Nassif e Márcio Túlio Viana

1. As palavras que se estranham	1425
2. As práticas diferentes	1427
3. As tendências que se opõem	1429
4. De volta ao cárcere do juiz	1431
5. O processo civil e a conciliação	1432
6. O outro lado da moeda	1434
7. Bibliografia	1437

